

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

PRESIDENTE – CARLOS AVALLONE

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Bom dia a todos.

Invocando a proteção de Deus, e em nome da sociedade mato-grossense, declaro aberta esta audiência pública requerida pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, presidida por mim, Deputado Carlos Avallone, para a apresentação do Projeto de Lei Orçamentária anual, a LOA 2025.

Já convido para compor a mesa: Ricardo Capistrano, representando a Secretaria de Fazenda, a Sefaz, ele é secretário adjunto do Orçamento Estadual; Sandro Brandão, secretário adjunto de Planejamento de Governo Digital, da Seplag; doutor Rogério Borges Freitas, primeiro subdefensor público-geral da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso; e Arielle Dorileo, secretária adjunta de Administração Sistêmica, da Setasc, também aqui presente; registro aqui o Demárcio, pela Setasc, também presente, vários funcionários de outras secretarias, professora Rosângela Saldanha, da assessoria nossa, a Janaína, aqui presente também, também da assessoria, o Ricardo, e todos os amigos aqui presentes.

Peço desculpa pelo atraso de trinta minutos, mas para vocês verem o que que uma *fake news* faz na vida das pessoas. Eu tive nos últimos três dias aí um vídeo mentiroso, calunioso a meu respeito, e está me dando bastante trabalho, porque você tem que perder tempo para responder, para entrar na Justiça, para entrar com uma ação, então você perde um tempo, e eu acabei atrasando aqui para poder não deixar sem resposta ainda hoje desse fato. Então eu peço desculpa pelo atraso, mas vamos avançar.

Primeiro, como eu disse, eu agradeço a presença de todos vocês, já estamos colocando, chamando alguns *links* aí de alguns secretários adjuntos do Governo para que participem de forma *on-line*.

Essa é uma audiência muito importante, nós temos aqui o espaço para discutir vários assuntos sobre a nossa LOA, e temos algumas dúvidas, mas vamos fazê-las durante a apresentação dos secretários adjuntos aqui presentes.

Eu já agradeço... e passo para quem a palavra? Ricardo ou... hoje é Ricardo, então... essa é uma dupla que funciona certinho, os dois são bem alinhados, o que é bom para o Estado (RISOS), o alinhamento dos dois, Seplag e Sefaz.

Então eu passo para o Ricardo Capistrano para que ele faça a apresentação.

E se você permitir assim, nós vamos às vezes te interrompendo, falando e discutindo, e você vê a melhor hora de dar as explicações.

Obrigado.

O SR. RICARDO CAPISTRANO - Bom dia.

Bom dia, Deputado Carlos Avallone, em seu nome cumprimento os colegas que estão presentes aqui na mesa: professor Hélio, parceiro do Executivo, o Sandro também, conforme o Deputado já enfatizou, nós temos uma parceria de fato, agradeço pela vinda à nossa audiência pública; também a Ariele, obrigado por estar aqui presente; e todos que nos acompanham pela TV, pelos canais também da Assembleia, aqueles que estão presentes aqui nesta reunião.

(O SR. RICARDO CAPISTRANO FAZ A APRESENTAÇÃO POR MEIO DE SLIDES.)

O SR. RICARDO CAPISTRANO - Pode colocar, por favor.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

Hoje vamos falar um pouco mais sobre a nossa proposta de Lei Orçamentária de 2025, principalmente destacando aquilo que foi previsto, aquilo que nós temos também de despesa para o próximo exercício.

Como eu tenho... nós sempre temos dado destaque ao nosso produto, que é o Orçamento Cidadão, aqui nós temos a Evanildes, a Angélica, que são as responsáveis pela elaboração desse documento, nós temos essa diretriz e esse entendimento de que o orçamento precisa cada vez ficar mais claro, mais fácil de ser assimilado, de ser entendido pela população, e a Sefaz tem produzido documentos e colocado à disposição para esse debate, por isso que eu utilizo o próprio documento em si para podermos fazer essa apresentação.

É lógico que aqui ele está sintetizado para dar também a publicidade a esse importante instrumento que nós utilizamos todo ano para trazer um detalhamento mais claro também da proposta orçamentária.

Nós tivemos a audiência pública da CCJR, e essa segunda audiência é da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Sempre destaco os objetivos das audiências públicas, nosso objetivo é: orientar a população sobre o desenvolvimento do processo de elaboração do PLOA, em especial os aspectos técnicos, constitucionais e legais que foram observados no momento da elaboração da proposta orçamentária; apresentar o cenário orçamentário, em termos de receitas e despesas, bem como a alocação desses recursos nas políticas públicas prioritárias do Estado; fomentar a participação da sociedade durante o processo de elaboração e discussão do orçamento, nós estamos neste momento de discussão da peça orçamentária e ainda cabem ajustes a serem feitos pelo Poder Legislativo; e dar transparência da gestão orçamentária do Estado de Mato Grosso, o Orçamento Cidadão, esse documento que nós disponibilizamos, desde o ano de 2015, é um instrumento de transparência orçamentária também.

O orçamento público, nós costumamos falar que ele tem diversas vertentes, ele pode ser entendido de diferentes perspectivas. Logicamente ele é um instrumento legal, onde nós demonstramos a estimativa da arrecadação dos recursos da receita pública, e, a partir dessa estimativa, nós fixamos a previsão de gastos inicialmente para o exercício financeiro.

Além disso, ele é um instrumento também de controle social, é um instrumento político, é um instrumento também utilizado para contabilização dos gastos, ou seja, ele tem uma série de vertentes que ele pode ser utilizado, além, logicamente, de viabilizar o planejamento governamental.

Aqui está o colega Sandro, responsável por coordenar o processo de elaboração do Plano Plurianual, e nas leis orçamentárias nós viabilizamos aquilo que é estruturado, aquilo que é proposto, em termos de diretrizes do planejamento governamental, não só no PPA, mas também nos planos de trabalho anuais.

Para o ano de 2025, a proposta que nós encaminhamos ao Poder Legislativo totaliza uma receita de 37 bilhões e 76 milhões, essa é a proposta orçamentária. Eu destaco que ela está aderente ao que nós prevíamos inicialmente no cenário fiscal do PPA, o cenário fiscal do PPA também tem uma previsão de cerca de 37 bilhões, ou seja, o valor que foi previsto está aderente ao que estava pensado e planejado no cenário fiscal do PPA, viabilizando o planejamento de médio prazo do Estado.

A Lei Orçamentária é uma lei de iniciativa do Poder Executivo, e nós não podemos ter dispositivos que sejam estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de créditos, então é uma lei bastante enxuta e deve ser observado o princípio da exclusividade da Lei Orçamentária.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

Ela é composta por quatro capítulos especificamente: as disposições preliminares; a estimativa da receita; a fixação das despesas; e as disposições finais, onde consta também a autorização referente à abertura de créditos adicionais.

Nas disposições preliminares, nós trazemos a composição da Lei Orçamentária. O orçamento do Estado de Mato Grosso é subdividido em Orçamento Fiscal e Orçamento da Seguridade Social. O Orçamento Fiscal compreende todas as despesas dos fundos, órgãos, autarquias instituídas pela administração pública; e o Orçamento da Seguridade Social, todas aquelas que tenham ações relativas à saúde, previdência e assistência social.

Além da fixação da despesa...

(O SR. DILMAR DAL BOSCO OCUPA A MESA DE HONRA.)

O SR. RICARDO CAPISTRANO - Bom dia, Deputado Dilmar, seja bem-vindo à audiência.

Então nós temos a fixação da despesa. E como a despesa é fixada com base na receita que está prevista, o Poder Legislativo nos autoriza a suplementar, a aumentar o orçamento no próximo ano até determinado limite da despesa total que foi fixada.

O que nós solicitamos no projeto de lei encaminhado é que nos seja autorizado, se nós tivermos recursos suficientes, aumentarmos a Lei Orçamentária em até 20% do valor inicialmente previsto.

Qual é a origem desses recursos? O superávit financeiro, acumulado ao longo do exercício, ou seja, os recursos que sobrarão da execução orçamentária de 2024 que poderão ser utilizados para abertura de crédito no próximo ano; os excessos de arrecadação que poderão ser derivados, os valores que foram previstos para a receita do próximo ano e aquilo que foi efetivamente arrecadado, superando, é lógico, a previsão inicial; a anulação parcial ou total das dotações orçamentárias; e também aqueles recursos que são provenientes das operações de crédito que foram autorizadas.

E nós temos alguns quadros, nós temos dez quadros que estão anexos ao projeto de lei, trazendo todo o detalhamento da distribuição, não só da receita, mas da despesa programada para o próximo ano.

Como funciona o processo de elaboração? Eu destaquei que a proposta orçamentária está aderente ao que nós tínhamos de previsão para o PPA 2024-2027, trazendo como recorte o ano de 2025. Então nós temos o valor de 37 bilhões previstos no PPA, também nós temos 37 bilhões previstos na LOA, possibilitando que o planejamento de médio prazo, que é o PPA, possa ser concretizado, esse é o nosso objetivo com a Lei Orçamentária, por isso que nós destacamos que, no ciclo orçamentário, nós temos essas três peças fundamentais.

O Plano Plurianual é esse planejamento de médio prazo em que o Governo estabelece as diretrizes, os objetivos, as metas que deverão ser alcançadas ao longo dos quatro anos.

A LDO, que nós já discutimos também aqui na Assembleia Legislativa, é onde nós definimos as metas e as prioridades, a política fiscal, como também nós financiaremos e quais serão as prioridades alocativas.

E a Lei Orçamentária, que este é o momento, é uma lei que prevê quanto nós teremos de arrecadação para o próximo ano e como nós vamos gastar esse recurso que será arrecadado.

E nós entramos na Execução Orçamentária, que é propriamente a execução da lei. E aí, conforme destacado aqui pelo colega Sandro, para que nós possamos viabilizar a implementação do PPA, concomitante à elaboração da LOA, nós também falamos na elaboração do PPA. Nós temos o plano de trabalho anual, que dá sustentação, que norteia a alocação dos recursos sob o ponto de vista

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

do planejamento anual que é feito, das ações, dos programas governamentais. Então, concomitante à LOA, nós elaboramos o plano de trabalho anual para 2025.

Como nós falamos em receita estimada e despesa fixada, a partir da receita orçamentária estimada, este aqui é o quadro da receita prevista inicialmente para o próximo ano.

Nós temos, conforme eu já disse no início, a receita total líquida, 37 bilhões e 76 milhões. E aí eu sempre costumo destacar, essa é a receita que efetivamente o Poder Executivo e os demais Poderes e órgãos autônomos poderão utilizar para a execução das suas políticas públicas.

Essa receita é remanescente daquilo que nós temos de arrecadação, daquilo que também nós já deduzimos, os repasses feitos aos municípios, as perdas decorrentes da composição do Fundeb bem como das renúncias fiscais que o Estado concederá ao longo de 2025.

A proposta orçamentária do próximo ano totaliza 37 bilhões, sendo que as receitas correntes previstas totalizam 33 bilhões e 550 milhões; e temos a receita de capital, 269 milhões previstas para o próximo ano, com destaque para algumas operações de crédito, principalmente na área da saúde, da agricultura familiar e o programa... o Profisco da Secretaria de Fazenda, que tem uma projeção de 177 milhões para 2025.

Ali nós temos todo o detalhamento e também a receita intraorçamentária corrente.

Nós fizemos um ajuste em relação às previsões da receita intraorçamentária corrente, essa receita é principalmente proveniente das contribuições patronais que são transferidas para o pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores públicos estaduais, bem como algumas operações que ocorrem entre os órgãos. Nós temos um exemplo que é a nossa empresa de tecnologia e informação, que recebe recursos dos próprios órgãos do Poder Executivo para executar as suas despesas orçamentárias no próximo ano, e essas operações são ditas intraorçamentárias, porque transitam dentro do próprio orçamento.

Com essa despesa orçamentária prevista, nós alocamos os grupos de despesas para o exercício de 2025. Então nós temos uma despesa corrente prevista de 31 bilhões e 502 milhões, sendo que o gasto com pessoal previsto, somado o gasto intraorçamentário corrente de 21 bilhões e 397 milhões; juros e encargos da dívida, 418 milhões; outras despesas correntes, 9 bilhões e 686 milhões; os investimentos programados para o próximo ano, inicialmente de 4 bilhões e 510 milhões; inversões financeiras de 400 milhões; amortização da dívida, 660 milhões; e a reserva de contingência prevista em 2 milhões, totalizando o mesmo valor da receita de 37 bilhões e 76 milhões.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Esse investimento colocado ali de 5,96% significa que está caindo de 18%, 19% de investimento por ano para 5%?

O SR. RICARDO CAPISTRANO - Não, é a variação da proposta orçamentária de 2025 em relação à LOA de 2024, houve um crescimento de 5,96% em relação ao que nós tínhamos previsto na Lei Orçamentária do ano anterior.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Continua acima de 15% ainda...

O SR. RICARDO CAPISTRANO - Sim, essa é uma diretriz. Nós temos na concepção da Lei Orçamentária de 2025... algumas diretrizes foram definidas pelo governador e pelo secretário de Fazenda: primeiro, manter a classificação de pagamento em nível A, a chamada Capag, ou seja, nós precisamos ter resultados “A” nos três indicadores que compõem a Capag, endividamento, poupança corrente e liquidez; e mantermos pelo menos 15% de investimentos comparados ao valor da receita corrente líquida do ano de 2025.

Então essas foram as diretrizes que foram consideradas. E o orçamento é proposto, considerando esses investimentos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

Eu trago somente um destaque ali na inversão financeira, o valor de 400 milhões contempla também já um novo repasse que deverá ser feito no exercício de 2025 para a continuidade da duplicação das obras da BR-163, que está previsto naquele valor.

A fixação da despesa também é distribuída de acordo com os Poderes e órgãos autônomos do Estado. E aí eu destaco que a despesa que consta nesse quadro não é só proveniente de duodécimos, ela tem as demais receitas também que compõem a estrutura orçamentária dos Poderes e órgãos autônomos, tais como a receita previdenciária, os valores que são incidentes sobre os subsídios dos servidores que contribuem para o pagamento de aposentadorias e pensões, então todos os valores também e aqueles que possuem fundo, como o Judiciário, que possui um fundo específico que consta naquela proposta também para 2025.

Então, distribuindo os valores, nós temos 31 bilhões e 533 milhões no Poder Executivo, o crescimento é de 1 bilhão e 547 milhões em relação à Lei Orçamentária de 2024.

Nós temos o Ministério Público, com a proposta orçamentária de 826 milhões; a Defensoria, 329 milhões e 471 mil; o Poder Legislativo, não só a Assembleia Legislativa, mas também as unidades orçamentárias que são responsáveis pelo pagamento dos inativos do Poder Legislativo, no total de 881 milhões; e o Tribunal de Contas, 668 milhões na proposta orçamentária.

Esses valores são executados por 24 órgãos, não só do Poder Executivo, mas dos demais Poderes e órgãos autônomos, totalizando também 55 unidades orçamentárias, ou seja, onde o gasto acontece efetivamente é nesses órgãos, tanto do Poder Executivo, que são 19 órgãos, 46 unidades orçamentárias que são responsáveis pela execução da despesa no orçamento.

No Poder Legislativo, nós temos três unidades orçamentárias; no Judiciário, duas unidades orçamentárias, o Funajuris e o próprio TJMT; e no Ministério Público, que é o Ministério Público e o fundo, que é o chamado Funamp.

Essa despesa está distribuída também sob a ótica de ações finalísticas e também despesas que nós consideramos despesas administrativas. As despesas estão alocadas em 57 programas de Governo, totalizando 23 bilhões e 952 milhões, correspondente às despesas de natureza administrativa, aqui estão os gastos com pessoal, os gastos com dívidas, serviços, encargos e juros, todas essas despesas que estão no nosso programa administrativo.

E nós temos 13 bilhões e 123 milhões nas ações finalísticas, nos programas finalísticos do Poder Executivo e dos demais Poderes e órgãos autônomos, ou seja, 65% do nosso orçamento está na despesa administrativa.

Somente destaco que a despesa administrativa também contempla gastos com o pagamento de subsídios dos servidores públicos estaduais, tais como os servidores da segurança pública, que têm um dos maiores quantitativos, um dos maiores gastos, bem como os demais gastos desse importante responsável pela execução das políticas públicas no Estado.

Esses valores estão distribuídos em algumas áreas da política pública. Nós temos uma distribuição de investimentos nas doze regiões de planejamento do Estado, tanto investimentos que são feitos nas áreas sociais, mas também investimentos em outras áreas, como infraestrutura, e distribuindo nas três áreas de política.

Nós começamos pela Área I, que é a Área Política Social, contemplando quais funções? Segurança pública, assistência social, previdência, saúde, trabalho, educação, cultura, desporto e lazer e direitos da cidadania. Nós temos um valor para a área social de 22 bilhões e 49 milhões, distribuídos nas funções: segurança, 4 bilhões e 670 milhões; função previdência social, 7 bilhões e 494 milhões; função saúde, 3 bilhões e 398 milhões; e a função educação, 5 bilhões e 729 milhões.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

Esses valores estão distribuídos nessas funções de governo e nos órgãos que serão responsáveis pela execução das políticas que estão relacionadas e que são aderentes a essas funções, com destaque à Sesp, à Setasc, à Seduc, à Secretaria de Saúde, à Secel, ao MTPrev e à Unemat.

Nós temos a Área Política II, que é área econômica ambiental. O valor previsto para a área econômica ambiental totaliza 4 bilhões e 728 milhões, com destaque principalmente para a área de transporte. Nós temos um programa de investimento na área de transporte, na pavimentação de rodovias, na manutenção de rodovias estaduais, com o total de 3 bilhões e 77 milhões previstos para o próximo ano; agricultura, 620 milhões; a gestão ambiental, 323 milhões; 147 milhões para a área de ciência e tecnologia; urbanismo, 159 milhões, é o que está previsto para o exercício de 2025.

E, por fim, Área Política III - Área Instrumental, Outros Poderes e Órgãos Autônomos. Esta área contempla a função administrativa bem como as funções típicas dos Poderes, a função legislativa, a função judiciária, a função essencial à Justiça, perfazendo um montante, da área instrumental e área administrativa, de 2 bilhões e 821 milhões; e nós temos 4 bilhões e 554 milhões das áreas das funções típicas dos Poderes.

Esses valores estão distribuídos nas secretarias: Seplag, Casa Civil, CGE, Sefaz, AGER, PGE e Secom, perfazendo um orçamento de 2 bilhões e 821 milhões da função administração para o próximo ano.

Essas são as informações iniciais relacionadas à proposta orçamentária de 2025.

E já nos colocamos à disposição para esclarecimentos, dúvidas, no debate referente à proposta, não só ao Deputado, mas a todos os colegas aqui que se fazem presentes, em relação ao orçamento de 2025.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALONE) - Na proposta orçamentária que foi feita para 2025, vocês levaram em consideração um PIB de crescimento de quanto? E qual que é a previsão do dólar que vocês estão fazendo? Eu sei que às vezes não tem nada a ver com o orçamento, mas para a gente ter uma referência de como as coisas estão.

O SR. RICARDO CAPISTRANO - A nossa expectativa é que o dólar feche em torno de 5,8 a 6 reais neste ano, com a manutenção desse nível para o próximo ano... um decréscimo tão significativo. E a expectativa é que a economia se comporte com um crescimento real superior a 3,5...

(O SR. CARLOS AVALONE SE PRONUNCIA FORA DO MICROFONE)

O SR. RICARDO CAPISTRANO - É... para 2025... crescimento real, fora a inflação, a inflação estimada, nós estimamos uma inflação de 4,10%; se nós somarmos a perspectiva econômica com a inflação, nós teríamos aí algo em torno de 7%, 8%.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALONE) - Poderia colocar os três? Eu coloquei três ou quatro *slides* aqui para a gente fazer algumas perguntas em cima disso que eu estou em dúvida, para a gente tentar esclarecer. Um dos *slides* mostra a questão do orçamento, que é uma reclamação de vários Deputados aqui, quanto à questão do orçamento sempre estar subestimado, então vou mostrar aqui...

(A ASSESSORIA TÉCNICA FALA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALONE) - Mas, assim, daqui a pouco eu vou mostrar ali, mas sempre desde 2019, 2020, 2021, principalmente eu acho que 2021, o orçamento acaba vindo com uma diferença, chegou até 7 bilhões de reais, acho que em 2021, entre o que foi previsto e o que aconteceu.

E algumas coisas estão me deixando preocupado, eu não sei se isso tem a ver com isso, eu precisava desse esclarecimento. Por exemplo, no final deste ano, nós estamos tendo muito problema de orçamento na Secretaria de Infraestrutura, que está atrapalhando inclusive o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

desenvolvimento das obras. Neste mês mesmo, eu liguei inclusive para você, Capistrano, e tal, foram passados 150 milhões a mais para colocar isso, e isso está atrasando, atrasa pagamento de folha, atrasa uma série de coisas. Isso tem a ver com esse orçamento, a falta de orçamento no final do ano? O que que está fazendo essa diferença de orçamento? Por que que a secretaria não tem o orçamento previsto para a execução das obras que estão colocadas lá, precisando fazer esses ajustes que às vezes atrasa uma semana, 10 dias, 15 dias, 20 dias? E aí complica o andamento e o pagamento das medições e uma série de outras coisas, atrapalhando o andamento das obras.

O SR. RICARDO CAPISTRANO - Especificamente no caso da Secretaria de Infraestrutura...

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALONE) - É, estou citando, porque lá eu conheço, eu não tenho as informações de outras, espero que não esteja acontecendo. (RISOS)

O SR. RICARDO CAPISTRANO - No caso específico da Secretaria de Infraestrutura, a continuidade dos investimentos públicos, na área de infraestrutura, eles seriam principalmente custeados com a operação de crédito que foi aprovada aqui em 1,5 bilhão.

No ano de 2023, nós fizemos um aporte com recursos ordinários de livre alocação da fonte, que nós chamamos, a antiga Fonte 100, para a continuidade da política pública da área de infraestrutura. E para 2024 nós optamos, até pela margem e pela necessidade de realocar esse recurso para outras finalidades, tais como a saúde e segurança, principalmente, são áreas que absorvem mais recursos da Fonte 1500, e a continuidade dos investimentos seriam feitos em 2024 com recursos da operação de crédito.

Essa operação não ocorreu no tempo que nós considerávamos que deveria, nós tivemos algum problema durante a assinatura, entretanto, recentemente, agora, no mês de novembro, nós tivemos a assinatura e a liberação do valor de 1,5 bilhão, que será utilizado para a continuidade do programa de investimento. E logicamente que nem todo o recurso será utilizado neste ano.

Então, quando nós observamos, é importante fazermos essa discussão, porque quando nós fazemos propostas orçamentárias, nós não temos a incorporação daquilo que não é estrutural. Então, se o senhor vai lá, verifica um número, uma receita que foi projetada, e depois você observa a realização, se não se considerar aquilo que não é estrutural, é lógico que vai gerar uma diferença significativa até certo ponto. E nós teremos este ano. Ao final do ano, nós teremos 1 bilhão e meio de recursos adicionais que não estavam previstos na lei orçamentária, mas que vai elevar a nossa receita total líquida em 2024, em 2024, porque ela entrou agora. Isso não está no orçamento. E o nosso orçamento vai crescer do ponto de vista da receita realizada.

Então, a Secretaria de Infraestrutura, para que nós pudéssemos alocar recursos para outras finalidades, nós manteríamos a execução com a operação de crédito. Essa foi a decisão que foi tomada.

E um outro destaque: a receita do Estado. Nós tivemos um momento em que ela teve um encaixe para baixo e isso está evidenciado nos documentos que nós temos discutido ao longo dos últimos meses, principalmente 2022 e 2023 nós tivemos um crescimento da arrecadação que não foi superior a 6%. Esse ano, se nós formos avaliar comparativamente, a nossa receita está crescendo cerca de 7, 8%.

Nós vimos de um histórico de crescimento muito superior, as mudanças que foram feitas em 2019 pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo elevaram a nossa arrecadação significativamente, só que de alguma forma artificializam, até certo ponto, que nós teríamos o cenário com crescimento superior a 20%, que foi o que nós tivemos em 2 anos, mas, até mesmo em virtude das mudanças que foram feitas em nível de Congresso Nacional, nós tivemos um encaixe da

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

arrecadação. Então, nós estamos no segundo ano com uma performer de crescimento de arrecadação inferior a 10%.

Nós tivemos um dado muito positivo, que foi agora observado nos últimos três meses, principalmente relacionado a ICMS, que trouxe um alento em relação à perspectiva de crescimento para o próximo ano, só que não era o nosso cenário de elaboração de LOA, nosso cenário é feito em maio, é feito em junho, nós não fazemos agora considerando o que que poderá ser efetivamente, mas nós tivemos um bom indicativo, principalmente no ICMS. Pela representatividade que ele tem, logicamente que ele afeta todo o nível e todo o orçamento do Estado.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Na sua avaliação, por que essa melhora? Qual foi o... O que que melhorou? Quais áreas melhores?

O SR. RICARDO ALMEIDA CAPISTRANO - Nós temos o comércio e a indústria principalmente.

Nós tivemos uma perda muito significativa no Fethab.

O senhor pode pegar qualquer documento, se comparar a arrecadação do Fethab de 2024 com o Fethab de 2023, vai ter uma variação que vai ser próxima de 6%/ Com uma inflação de 4,10, o Fethab que crescia 10, 12%... Então... E, principalmente, quando se fala em atividade econômica, o Fethab é um bom sinalizador de como está a nossa principal área da economia, porque como nós tivemos problemas relacionados à soja - a soja não teve crescimento no ano de 2024.

Então, especificamente o que nós temos discutido? Nós precisamos manter, e o Estado tem se esmerado, tem se esforçado para manter, a continuidade da política de investimento, garantindo que aquilo que foi previsto e aquilo que foi já iniciado possa ser continuado e entregue, mas fazendo as alocações necessárias dentro das finalidades.

Então, no caso da Sinfra, de fato nós manteríamos a execução dos investimentos, não mais com os recursos da Fonte Ordinária, mas com o recursos da operação de crédito, e esse recurso seria direcionado para outras finalidades, tanto para a duplicação da BR-163, para outras áreas, com destaque para a Secretaria de Saúde.

No ano passado nós tivemos que fazer uma adequação na Lei Orçamentária em virtude das mudanças derivadas das emendas, eu participei ativamente aqui com todos os parlamentares referente a essa proposição. Só que isso trouxe um problema na execução. Nós tivemos que retornar cerca de 300 bilhões, que eram da fonte 1.500, devolvendo... Milhões, perdão, 300 milhões, que eram da Fonte da Saúde, retornando-o pela Fonte 1.500, que era o que nós definimos aqui durante a discussão para que pudéssemos dar efetividade. Nós fizemos isso ao longo do ano e lógico que isso traz a necessidade de pensarmos a alocação dos recursos, considerando as possibilidades, as alternativas de financiamento, e aqueles que têm mais premência também em relação aos recursos que devem ser alocados pelo Estado para continuidade dos investimentos.

Mas somente eu reforço que a diretriz que nós temos na área fazendária, na área econômica, e aquilo que nós repassamos para os órgãos é que aquilo que se iniciou no Estado será entregue e tem que ser entregue.

O Governador fala muito efetivamente que não se inicia a obra se não tem a capacidade de dar sustentação. Nós temos tentado resguardar que essa diretriz possa ser efetivamente cumprida utilizando também alternativas de financiamento tais como a operação de crédito que foi contratada para dar essa sustentabilidade, não só para 2024, mas também para o ano de 2025, que deverá recepcionar esses recursos por meio de superávit financeiro derivado deste ano, deste exercício financeiro.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Nesse quadro que eu estou apresentando ali, eu queria só perguntar de 2024 aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

Qual é o valor estimado...

(APRESENTAÇÃO DO SLIDE.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Esse quadro, ou o anterior? É o primeiro quadro, é a receita total ali.

É esse, não é? Isso.

Em 2024 a previsão é de fechar o realizado de quanto da receita? Fechamos em 35. Era o previsto na LOA.

O SR. RICARDO ALMEIDA CAPISTRANO – Isso.

A previsão que nós temos da área... Porque é importante somente enfatizar como é distribuído na Secretaria de Fazenda. Então, a Secretaria Adjunta da Receita Pública estima um fechamento de cerca de 36 bilhões, 36,5 bilhões, publicado em documento oficial da Secretaria de Fazenda, considerando somente as receitas que são efetivamente estruturais. Isso não incorpora receitas que não são estruturais, tais como 1 bilhão e meio que ingressou e que vai fazer com que essa receita majore, mas as previsões que nós tínhamos é de algo em torno de 36,5 para 2024.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Então, essa é a grande reclamação aqui na Assembleia.

Você veja: 2020 uma proposta na LOA de 20 bilhões e arrecadou 23, uma diferença de 18%; 2021 foi um estouro, que eram 22 a proposta e arrecadou 29, 33% a mais, 7 bilhões a mais; 2022, 26 bilhões, arrecadou 35, 32,5%, 8 bilhões e pouco a mais; 2023, 30 bilhões, arrecadou 37 bilhões, 6 bilhões a mais.

Então, vamos por uma média de 20, está dando até mais, de 20% de receita subestimada, não é?

Então, isso é um problema que os Deputados estão preocupados. Depois, na hora que a gente dá aquela liberdade ao Governo para poder mexer no orçamento sem autorização nossa, que normalmente era em torno de 5 a 10%, nos últimos anos nós temos dado 20%. Então o Governo fica com uma maleabilidade, uma flexibilidade, muito grande com a questão orçamentária.

E os Deputados todos têm colocado isso, como esse ano nós vamos ter muito problema para conseguir aprovar algo parecido com isso. Certo?

Há uma posição da Mesa Diretora, dos Deputados, em querer diminuir isso, voltar a 5%, discutir esse assunto para que a participação do estudo da Assembleia nessas ações tenha maior participação.

Então, eu vejo isso com preocupação. Eu entendo, como um cara que foi secretário durante mais de 10 anos, 11 anos, também do Estado, que nós temos que tomar muito cuidado na hora de prever a receita, porque a despesa é certa, a receita pode ser que não entre. Então, uma margem de cuidado, de precaução, é totalmente real, tem que ser feita e é uma questão de responsabilidade. Então, a gente entende.

Mas os números dos últimos anos têm sido muito altos, talvez graças aos aumentos que têm tido do ICMS, graças a Deus, foram bons, você já justificou alguma parte dele, mas nós precisamos pensar um pouco nisso.

A Assembleia não tem como mudar o Orçamento. Nós não podemos chegar aqui e falar: “não... não... Nós não vamos aprovar o orçamento de 37, nós vamos aprovar um orçamento de 30, 40.” Nós não podemos fazer isso. Então, não é um lado que nós vamos discutir. Nós vamos ter que discutir o convencimento de como nós vamos participar disso no sentido das autorizações. Por isso é muito importante a gente tirar todas essas dúvidas neste momento para eu poder levar isso a cada um dos Deputados para que a gente possa ter uma tranquilidade maior em relação a isso. Está bom?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

Põe o outro.

(APRESENTAÇÃO POR SLIDE)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Essa aí é a arrecadação bruta de ICMS prevista para a LOA e realizada. Refere-se a 100% da arrecadação, não é?

Então, olha só: olhem os números também. Certo? Então, nós tivemos 21, nós tínhamos uma previsão de 16 bilhões e arrecadamos 27 bilhões. Quer dizer, então tivemos um aumento de 11 bilhões só no ICMS. Foi a mudança da Lei, e tal, tem algumas justificativas.

Isso aí é para as pessoas entenderem, porque às vezes não entendem o que aconteceu, colocado aqui pelo Dilmar.

A Assembleia aprovou e o Governo encaminhou, deu um pique aí.

A 631... A 631 foi uma diminuição dos incentivos fiscais, e isso é uma discussão principalmente os sindicatos de funcionários, que discutem muito com a gente isso, com razão, para a gente explicar melhor. Mas aí está.

Houve um ajuste nos incentivos fiscais, nesse ajuste dos incentivos fiscais, diminuindo os incentivos gerou uma arrecadação junto com o crescimento da economia.

Só no etanol, lembrando o que o próprio Dilmar colocou, nós tínhamos ali uma arrecadação em torno de 390 milhões em 2018, 2019, e hoje nós somos mais de 2 bilhões de reais a arrecadação de ICMS, diminuindo o valor do imposto em 50%.

Então, é mais um exemplo de que às vezes a diminuição da alíquota do ICMS não significa uma diminuição na arrecadação, muito pelo contrário, às vezes aumenta.

E eu tenho uma crítica aqui que eu já fiz publicamente e faço novamente, inclusive no etanol, porque nós podíamos ter mais três indústrias grandes de etanol aqui se nós tivéssemos feito dois reajustes que precisavam ser feitos, que nós não fizemos, ou demoramos para fazer. Perdemos duas para Mato Grosso do Sul, uma para o Maranhão, que podiam estar aqui, inclusive de empresas que estavam aqui e que, se a gente tivesse feito esse reajuste nós teríamos esses empregos e uma arrecadação que talvez chegasse a 3 bilhões, além de 1.000 novos empregos, e tal. Então, essa também é...

Por isso que eu perguntei qual é a boa notícia de 2024 no final com o ICMS, que é muito bom ter boas notícias, se vinha do etanol, ou se vinha de outras...

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Viu, Capistrano, porque para mim é complicado.

Eu e Avallone, por exemplo, nós trabalhamos muito em orçamento, a equipe inteira, e o convencimento é bastante difícil. Se você pegar o fechamento de 2023, nós fechamos com 37 bilhões arrecadados, em 23, e nós estamos em 25, programando 25, e os mesmos 37. Quer dizer, é essa a informação que você tem que passar.

Por isso que é importante trazer, talvez, uma reunião com a Comissão de Fiscalização, ou no Colégio de Líderes, e explicar essa diferença toda, quando fecha um orçamento lá de 2023 que arrecadou 37 e nós estamos trazendo de novo a mesma arrecadação para 2025, sabendo, lógico, e o Deputado Avallone falou muito bem, nós sabemos da diferença quando nós aprovamos a 631, em julho de 2019, ela foi começando a dar reflexo, o Governo ainda manteve o crédito outorgado, que ainda deu um fôlego, senão nós teríamos uma arrecadação ainda maior. Mas ela teve uma diferença grande, as indústrias de etanol que abriram, a Inpasa, em 2021, como também em Lucas a FS, dobrou a capacidade.

Por isso deu uma diferença grande em 2021. Eles elevaram praticamente uma arrecadação de 600 milhões para cada uma de um bi quase. Então, quer dizer, esse movimento foi muito forte em 2021.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

Mas, quando você apura o fechamento dos anos, você vê que 2023, pode pegar ali de novo na tabela, 37 bilhões, e nós estamos prevendo para 2025 os mesmos 37.

E nós temos... É essa a dúvida que fica no Parlamento, porque a arrecadação vai ser superior.

Sabemos que você não podia colocar em orçamento, um exemplo, nós autorizamos o empréstimo de 1 bi e 500, mas nós não sabíamos quando sairia. Lógico que você não pode pôr orçamentário, até porque não tem a previsão de liberação. Mesmo assim dá uma diferença. É essa a explicação que teria que trazer, do que previu nesses anos, do que arrecadou e porque está tendo toda essa diferença.

Aí a dúvida que fica todo ano e a pressão em cima de mim. Nós estamos deixando aí de remanejamento 20% e toda hora é uma briga, eu, Avallone, a Mesa Diretora.

Então, talvez vai ter que fazer especificamente no macro só, não precisa entrar no detalhe de cada uma.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Só para colocar todas as dúvidas e vocês vão ter todo o trabalho.

Passar a próxima, que é do Fethab, que você estava falando.

Olha lá.

Arrecadação do Fethab prevista pela LOA e a realizada:

- em 2019 previa 1 bilhão, realizou 1.900, só 90% a mais.
- 2020 1 bilhão e 700, realizou 2.300, 35% a mais, 36.
- 2021 2 bilhões e 135, realizou... A dobra.
- 2022 2.600, 3.400, 26% a mais.
- 2023 3 bilhões, foi próximo, deu 3,7%.
- 2024, 3 bilhões cento e pouco.

Então, essa... E agora nós vamos ter um corte no Fethab, que é o diesel, que ia 100% para os municípios. Ok?

(O SR. DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Não. O total do diesel 50% para os municípios e os outros 50% ficavam na Sinfra. Então, a Sinfra perde 50% e os municípios perdem o total, se bem que tem, com essa mudança alguns municípios crescem a arrecadação e outros municípios vão perder, talvez 50, 60, municípios devem perder, que eu sei que há uma discussão da AMM, junto com a Sefaz, que estão travando, que eu também fiz uma crítica, que eu acho que a Assembleia devia ter participado disso, mas não é culpa só do Estado...

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Avallone, só para contribuir aqui...

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Aí a culpa vai ser da AMM, que não levou a Assembleia para participar do debate.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Quando trouxe para nós o orçamento e fez substitutivo exatamente pela decisão judicial dos 700 e poucos milhões, 750 milhões, 754 milhões do Fethab, o diesel, e até na LOA atrás, até pedi para o Gallo e fica uma sugestão para a equipe econômica do Estado, Capistrano, porque lá na própria LOA traz que isso vai ser transferido através da Sinfra, o próprio secretário não tem essa informação ainda e nós não sabemos como que nós vamos fazer, ou podemos fazer emenda ao projeto de orçamento para que a gente distribua, porque o município, tem município que não arrecada o tanto que do Fethab é repassado a ele. Então, fica essa dúvida.

O que eu me referi lá em 2019, quando nós aprovamos a dobra do ICMS do Fethab ele deu esse resultado positivo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

Talvez essa informação do Fethab... Eu vejo uma previsão para daqui 10 anos, 2034, nós vamos acrescentar 65% da área produzida, não que nós vamos abrir novas áreas. Então, essa previsão também vocês têm que acompanhar, porque o setor acompanha muito bem. Então, acho que pode contemplar, quando coloca nessas situações que muitas vezes arrecada mais, o próprio setor tem todas as informações. Daqui 10 anos nós vamos aumentar, só no soja 65% de produção, a nossa produtividade com tecnologia, áreas degradáveis passando a pastagem, não diminuindo a capacidade de cabeça nossa de rebanho bovino, mas nós vamos aumentar.

Então, talvez trazer essa informação do Indea também junto com a equipe econômica...

Por isso que dá essa diferença, Avallone.

Nós estamos... Todo ano o setor tem aumentado realmente a área produtiva, como vai aumentar o algodão em 40%, o milho vai quase 60, 70%, num período de 10 anos.

Eu acho que por isso que o Fethab realmente, o pico de 2021 aí que a soja foi para 200 reais mais ou menos, hoje está 110, mas não que... Mas a área produzida está aumentando dentro do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – E quais são algumas preocupações que com certeza vocês estão com ela, Governo, mas nós também aqui como orçamento e como Assembleia também estamos.

O Governador está colocando em funcionamento alguns hospitais, principalmente o Hospital Central, que vai ser um espetáculo, um hospital talvez, talvez não, não tem nada igual no Centro-Oeste, um hospital de primeiro mundo, e imagino que o custo disso, o custeio disso, será também muito grande, que é importante porque é um investimento em saúde, que é fundamental para todos nós, mas isso vai impactar o orçamento, e tal.

Existe uma conversa, eu não sei ainda quanto que ela tem, que com isso o Estado devolve a Santa Casa, o que não é bom, não é bom para a população, levando esse serviço para dentro do hospital geral, para dentro do novo hospital central, mas vão ter mais quatro hospitais no interior que também vão gerar um número grande a partir de 2025. Então, é uma despesa grande de custeio que é importante e nós temos que considerar isso, sem dúvida nenhuma, e com certeza está sendo considerado nos números que vocês estão colocando.

Outra coisa que me preocupa. Tem um dado, eu acho que é do quadrimestre passado, ou do bimestre passado, quadrimestre, falando que...

Ali...

(APRESENTAÇÃO NO SLIDE.).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Mato Grosso é o último Estado que menos cresceu a arrecadação no País.

Eu não consigo entender como pode ser. Eu quero entender esse número.

Como pode Mato Grosso, com todos esses números que nós temos, estar lá com 0,7. Parece-me que é alguma receita, alguma coisa que foi, entrou num outro mês, não foi considerada. Alguma coisa tem, porque não tem, eu não consigo enxergar uma explicação lógica para que Mato Grosso possa ser o Estado que teve o menor crescimento de arrecadação no país em comparação a 2023.

A receita corrente líquida cresceu apenas 0,72%. Essa eu precisava entender melhor esse número para a gente poder fazer algumas considerações também.

A princípio...

(O SR. DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Missões não são fáceis. As missões não são fáceis - nunca!

O SR. RICARDO CAPISTRANO - Eu acho que foram colocados vários pontos e eu gostaria de fazer alguns destaques.

Só acho que são boas contribuições, o debate é pertinente, é fundamental.

Acho que foi evidenciado ali a tendência também, e é importante observar, a tendência que nós temos em relação àquilo que é previsto e aquilo que efetivamente realizado. Está nítido que nós estamos passando por um momento de fazer um ajuste em relação ao que se prevê e aquilo que efetivamente se arrecada, tornando para a média nacional, retirando esses fatores extraordinários, que inclusive foram aqui falados não só por mim, mas pelo Deputado Carlos Avallone e pelo Deputado Dilmar também.

A média nacional daquilo que se tem em termos de previsão de arrecadação e aquilo que se realiza, cerca de 10,8, dados até agosto de 2024 em relação a 2023.

Se observar lá, nós temos hoje uma tendência. A estimativa, se nós falarmos de um orçamento que vai ter esse ano uma variação que vai ser de 8%, nos coloca dentro de um parâmetro já adequado em termos de previsão orçamentária, retirando esses componentes que, se não entra no detalhe, Deputado, fica difícil de entender, porque tem fatores que não são estruturais e eles entram na arrecadação, só que eles não se repetem ao longo dos anos.

Então, nós temos algumas receitas que ingressaram em 2023, mas que não ingressaram em 2024. Nós teremos outras que ingressam em 2024, que não vão ingressar em 2025, mas a nossa realidade da arrecadação até outubro, até agosto, é que nós temos uma variação da receita, que é de cerca de 7,44, no caso da receita corrente, e a receita total líquida, que é o conceito orçamentário utilizado, de 6,58. Nos coloca sim entre os Estados que, infelizmente têm o menor nível de crescimento da arrecadação em comparativo a anos anteriores.

E, aí tem alguns destaques, até o Secretário Fábio Pimenta me relatou, principalmente relacionados com as mudanças que Estados como Maranhão, como Roraima e outros têm feito na política tributária, que serão beneficiados também no futuro, quando nós tivermos a repartição dos valores proveniente da mudança derivada da reforma. Eles estão fazendo majoração de alguns valores. Isso logicamente está tendo implicações positivas na arrecadação. Essa tendência, quando nós tiramos esses fatores extraordinários nós vamos trazer a arrecadação do Estado para o nível que ela sempre foi, um crescimento ali que não supera 13, 12, 10% em relação aos anos anteriores, o que não é a realidade deste ano. Então, a nossa tendência é essa.

Eu acho que está evidente ali como nós fecharemos. Se nós considerarmos, mesmo considerando que nós teremos agora um bi e meio que vai entrar e que vai ser contabilizado, e elas vão discutir em cima desse valor, mas é importante entender essa tendência.

Por exemplo, foi dado destaque com relação ao ICMS. O ICMS de outubro em relação a... Outubro de 2024 em relação a outubro de 2023 teve um crescimento de 9,63, ou seja, o valor está muito abaixo do que tinha de crescimento dos anos anteriores, mas principalmente, e aí o destaque é o que nós temos notado com relação à arrecadação dos meses de setembro, outubro e novembro.

O Fethab nós tivemos um crescimento de 5,39 em relação a 2023, se considerarmos novamente uma inflação de 4,10. Nós estamos falando aí de quase 60% da arrecadação. Ou seja, a nossa receita está crescendo cerca de 8%, 6,58, que seria o dado até outubro. Então, é uma nova realidade também. Isso logicamente traz a necessidade de nós pensarmos a política alocativa, as decisões alocativas que terão que ser feitas justamente para poder dar viabilidade às decisões que foram tomadas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

E o Governo está muito preocupado em relação a isso porque de fato nós temos que colocar os hospitais para funcionar, e nós vamos colocar os hospitais para funcionar.

Existe já uma programação de como fazer isso, mas nós teremos que fazer algumas escolhas sob a ótica da despesa porque nós vamos perder margem, discutir majoração de tributo, de impostos, de alíquotas, e aí nós vamos ter que fazer essas decisões alocativas.

E eu faço um outro destaque principalmente relacionado à despesa de custeio, e eu falo custeio, não é a manutenção, é aquilo que nós falamos com um sentido pejorativo: viatura na rua, custeio, ou seja, nós precisamos pagar combustível, precisamos pagar locação; funcionamento de hospital, custeio; cofinanciamento de município, custeio.

E nós tivemos uma recomposição muito significativa ao longo dos anos. Nós passamos mais de 10 anos sem termos como recompor o custeio, com perdas inflacionárias que não fazíamos nem a reposição disso.

E nós também tivemos o quê? Além da reposição, nós tivemos incremento de alguns serviços.

Esse é o nosso desafio neste momento: termos a partir dessas bases, dessa realidade que nós teremos também sob a ótica da arrecadação, para que não seja necessário discutir qualquer mudança com relação a trazer, a incorporar, a acrescentar alíquotas que, infelizmente é um debate, ou felizmente, talvez, um debate que não é pertinente neste momento.

Então, essa é a defesa.

E aí eu faço somente uma ponderação em relação ao ICMS, que é um destaque aqui para podermos entender essas variações que elas são tão significativas.

A correta política que foi implementada, caso principalmente relacionado ao fomento das indústrias de etanol, ela trouxe um resultado substancial ao Estado, só que concomitante a essa política implementada nós tivemos mudanças nas principais receitas, os principais *players* que direcionam recursos para ICMS: combustível, energia e telecomunicação. E não foi uma mudança somente do Governo, a Assembleia aprovou a redução de alíquota, nós fizemos reduções de alíquotas, e também teve uma redução nacional.

Hoje, nós temos um teto para cobrar em relação a esses setores, a esses segmentos, e isso traz também uma nova realidade em que nós... Se nós tivéssemos a indústria do etanol crescendo com as mesmas alíquotas de energia, combustível e telecomunicações, certamente nós estávamos num cenário diferente da arrecadação do nosso principal tributo, mas na realidade isso tem um efeito multiplicador, isso está aparecendo novamente na arrecadação do Estado no principal imposto, que é o ICMS.

Então, esse é o desafio. E creio que a equipe da Secretaria de Fazenda, principalmente a da Secretaria Adjunta da Receita Pública, que é responsável por construir esses cenários, tem se esmerado também, se esforçado para que aquilo que é trazido no debate possa ser incorporado nas nossas projeções, nas nossas estimativas para que esse projeto fique qualificado.

E, quando nós falamos também em aprovação de limites para créditos suplementares, nós estamos falando, principalmente, de incorporar em ações que já foram autorizadas pelo Poder Legislativo.

Nós não vamos criar novas ações, nosso objetivo ali é ampliar a execução dessas ações que já foram aprovadas. Se nós quisermos criar uma nova ação, nós vamos ter que mandar um novo projeto de lei, é um crédito especial, é uma nova discussão, porque isso vai interferir no nosso planejamento.

Mas o que nós sempre pedimos: olha, possibilite a nós incrementar isso, porque os créditos suplementares trabalham muito pouco com remanejamento, que é esse conceito de tirar de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

um lugar para outro, mas é de aumentar aquilo que o próprio Poder Legislativo já aprovou, já aprovou. E, se nós podemos fazer algo adicional com esse recurso, é essa autorização que nós trazemos, que nós pedimos quando encaminhamos o projeto de lei.

Conforme o Deputado já enfatizou, poderá ser uma discussão que vai ser feita aqui no Poder Legislativo para que possa trazer também a participação efetiva do Poder Legislativo nas decisões referentes à alocação de recursos que, porventura, o Estado possa arrecadar, ou possam sobrar de 2024 para o próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Ok.

Pergunto ao Dilmar se ele quer fazer mais algum comentário. Não.

(O SR. DILMAR DAL BOSCO DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – (RISOS) Nada! Nosso grande líder.

Pergunto a quem está aqui conosco na nossa...

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Só fica a cobrança de trazer uma solução para nós, porque nós estamos para aprovar, nós temos programação já feita aqui pela Mesa Diretora e pelos presidentes das comissões, tanto Avallone, Comissão de Justiça também, para aprovarmos o orçamento até o dia 18 de dezembro.

E como está nesse impasse, a pressão está grande dos prefeitos municipais da questão da perda... Lógico, é uma decisão judicial promovida, inclusive, por um prefeito da questão do Fethab, e nós temos que cumprir.

Agora, como que vai fazer? Há município... Tesouro, por exemplo, o município de Tesouro não tem como se manter no seu dia a dia em pagamento com o que está previsto no seu orçamento se perder a receita do Fethab, transformando-a em ICMS.

Então, o que nós estamos aguardando é como que nós vamos dar resposta à AMM, aos prefeitos municipais, já que a Assembleia tem esse compromisso, trouxe para dentro da Casa esse problema, que foi criado por meio de uma decisão judicial, e o Governo agora tem que se sensibilizar e ver a maneira.

O Gallo ficou de fazer, falei com o secretário Fábio Garcia também, ficaram de nos chamar, o Presidente da Assembleia, Deputado Avallone, Júlio e eu para participarmos de um debate sobre esse assunto.

Então, nós precisamos urgentemente, nós já estamos iniciando dezembro, daqui uns dias se discutirá realmente a aprovação. Acho que tem que ter uma definição, se vai ou não vai, se vai achar...

Porque, no próprio substitutivo que mandou, falou que teria essa receita e seria feito transferência pela própria Secretaria de Infraestrutura, mas não veio nada detalhado para nós, então só essa cobrança, para ficar registrada.

O SR. RICARDO CAPISTRANO – Acho que vou só reforçar para o secretário Gallo, para o secretário Fábio Pimenta. Nós temos participado de alguns estudos que têm sido feitos de como alocar isso, seja a fundo, seja uma futura mudança das regras do IPM, a equipe da SARP está conduzindo os estudos. Mas reforçar a necessidade neste momento.

E só dar uma ênfase: para os municípios, de fato, há uma diferença, por mais que você faça uma repartição por ICMS, os municípios enfatizam que isso tem que ser repassado diretamente para a saúde, para a educação por um determinado nível já definido constitucionalmente, e eles necessitam de recursos para poder manter aquilo que era custeado com Fethab.

Nós temos ciência disso, fizemos também a previsão para que isso possa se equalizado, por que esse é o pleito, não é, Deputado? Porque ele não quer também que os recursos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

que eram utilizados em determinada finalidade sejam revertidos para outra finalidade, que é o que o ICMS obriga.

Constitucionalmente, você tem que fazer um nível de aplicação em saúde e educação, e tira essa flexibilidade dele alocar na manutenção de estradas rodoviárias e alguns investimentos que ele fazia com recurso do Fethab.

Mas somente reforçar para o secretário Gallo que nós precisamos... Quando concluir esse debate com a Assembleia, para termos uma diretriz em relação a esse item.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALONE) – Bom, nós temos um outro evento que vai acontecer hoje às 14h, que é uma mudança na questão da segurança pública, como combate ao crime organizado, que é uma decisão importante que o governador está tomando para mudar a estratégia de enfrentamento ao crime organizado, no que ele tem toda a razão.

Nós estamos... Essa é uma guerra que nós estamos perdendo, nós precisamos realmente tomar muito cuidado com isso, possivelmente isso vem com aumento de despesa. Então, talvez, temos que fazer uma reavaliação após esse anúncio de hoje às 14h.

Vê o que significa, porque só trocar o secretário, ou o comandante da polícia, ou... Não vai resolver a princípio, o que vai resolver é mais investimento e mais ação.

Então, é importante, vai ter o apoio da Assembleia, tem o apoio da sociedade, e nós precisamos fazer isso em conjunto. Talvez, isso venha com uma mexida na questão orçamentária, nós precisamos também ficar muito atentos a isso.

Nós temos que fazer uma proposta de, talvez, antecipar o dia 18 para fazer a última votação, porque nós temos um problema de vista. Se o cara pedir vista no dia 18, vai dar Natal, então nós precisamos talvez antecipar para o dia 11.

(O SR. DILMAR DAL BOSCO DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALONE) – ...então, pois é.

Então, nós precisamos avançar com isso nessa discussão para que possamos garantir realmente que consigamos, senão nós vamos ter que jogar isso para o ano que vem novamente, há um compromisso nosso para não fazer isso...

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Até tinha pedido para Vossa Excelência para eu ser o relator do orçamento este ano como membro da comissão, mas acho que a Comissão de Fiscalização pode oficializar... Só vi um Parlamentar colocar emendas ao orçamento, só recebi de um colega Deputado, salvo engano.

Não vi apresentação das emendas ao orçamento. Então, nós vamos ter que cobrar gabinete por gabinete para priorizar a indicação das emendas.

(INTEGRANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SR. DILMAR DAL BOSCO.)

O SR. DILMAR DAL BOSCO – ...ah, então, pronto! Então, já dia 2... No dia 5, nós podemos pôr em apreciação já.

(INTEGRANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SR. DILMAR DAL BOSCO.)

O SR. DILMAR DAL BOSCO – ...não, põe dia 5 para dar tempo, porque sei... Acho que dá para dia 11, também pode ser.

(INTEGRANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SR. DILMAR DAL BOSCO.)

O SR. DILMAR DAL BOSCO – ...não... É que o Presidente põe. Colégio de Líderes, vamos ter que tratar no Colégio de Líderes isso aí para conversarmos.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALONE) – Ok, está bom!

Eu pergunto... Ah, outra coisa é a questão das emendas parlamentares fundo a fundo que nós já aprovamos aqui, estamos tratando esse assunto principalmente na Sinfra e Seduc, que é onde não funciona direito as emendas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

Sinfra, por exemplo, não adianta colocar as emendas lá porque não acontece. Já não ponho faz muito tempo aí, é muito importante colocar emenda parlamentar lá, mas não é por incompetência da Sinfra, é porque os projetos na Sinfra são de 2 milhões, 15 milhões, 20 milhões.

Aí, você põe lá fazer a revitalização de um centro comunitário, 400 mil reais, 300 mil reais, dá o trabalho de aprovar um evento grande. Como tem muito trabalho, isso acaba não acontecendo. Então, nós aprovamos aqui o repasse fundo a fundo. Fundo da secretaria, que tem que ser criado, da Sinfra, para o fundo municipal, para as prefeituras.

Nós precisaríamos dessa regulamentação, é muito importante e queríamos que vocês cobrassem lá o nosso secretário, o Governo para que possamos fazer isso, que possamos começar o ano que vem com isso podendo estar funcionando.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Capistrano, acho que aí é um assunto importante. Tenho conversado muito com o próprio governador Mauro Mendes, com o Otaviano Pivetta, com o próprio secretário Marcelo. Não vejo necessidade nenhuma de projetos serem aprovados pela Sinfra quando é transferência fundo a fundo. Vejo que o recurso... A responsabilidade é da administração municipal.

Quando você coloca uma emenda, ele tem que aprovar o projeto, o engenheiro lá tem que ter o Crea e tudo. Para fazer uma normativa sobre a transferência de fundo a fundo sem necessidade de aprovação pela Sinfra, porque já é aprovado pelo município, já tem toda a responsabilidade técnica em cima de qualquer projeto.

Um exemplo é esse que o Deputado Carlos Avallone falou. Então, já está autorizado, foi encaminhado até pelo próprio Governo para fazer a transferência fundo a fundo da Sinfra, da educação e da saúde. Têm os três...?

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Educação e Sinfra.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – ...mas saúde também tem o fundo a fundo.

Acho que é simplificar, simplificar para essa transferência. Por isso que muitas vezes os Deputados não colocam o recurso lá na Sinfra, sabendo que há obras a serem executadas nos municípios, como reforma de um centro comunitário, ou de uma praça que seja, e não tem.

Vejo que não tem necessidade de ser aprovado o projeto pelo Estado, a responsabilidade é toda do município, e a emenda é impositiva. Então, você está mandando fundo a fundo, ele presta conta e executa pelo município lá com aprovação municipal.

Então, acho que esse é um... Senão não vai funcionar nunca.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Bom, pergunto se alguém aqui da nossa plenária...

Por favor, um microfone ali para o nosso... Quero parabenizá-lo por sempre estar presente nas nossas reuniões, tanto na de Meio Ambiente, quanto na de Orçamento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O mais delicioso dessa apresentação hoje foi a da comissão que apresentou aquela evolução do orçamento ao longo dos anos. Aquilo é de um espetáculo fantástico, mas precisamos avançar, e qual é o avanço que precisamos?

Nós precisamos dessa evolução ao longo dos anos das secretarias, ver como esse orçamento se comporta ao longo dos anos. Se nós temos um orçamento em ascensão, em tese o orçamento das secretarias também seria em ascensão, ou, se houver políticas públicas, uma secretaria recebe mais, ou recebe menos recurso por ter cumprido algumas atividades ligadas à LDO.

Então, esse avanço é primordial para nós. A evolução dos recursos disponibilizados para as secretarias.

E, por último Capistrano, 2025, do ICMS arrecadado quanto está previsto, em termos de porcentagem, a renúncia fiscal e incentivo?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Enquanto ele procura aqui. Na realidade, o aumento das secretarias, nós não mostramos ali, está claro, na educação aumentou bastante o recurso, é uma porcentagem...

(INTEGRANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – ...é, sim, entendi, entendi, mas para colocar.

Vi ali rapidamente que o maior orçamento do Estado é o da educação, 5 bilhões e alguma coisa...

(INTEGRANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – ...não, o segundo é o da segurança e o terceiro é o da saúde, se não estiver enganado. É isso mesmo, não é?

(O SR. RICARDO CAPISTRANO DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – ...é isso. É cinco...

(INTEGRANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – ...não, acho que é a educação...

(INTEGRANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. RICARDO CAPISTRANO – Nós temos...

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Não tenho coragem de apostar com o Líder.

O SR. RICARDO CAPISTRANO – Na medida em que o orçamento cresce, nós destacamos na apresentação que esse orçamento, é lógico, é executado pelas unidades orçamentárias, pelos órgãos.

(OS SLIDES DA APRESENTAÇÃO SÃO EXIBIDOS.)

O SR. RICARDO CAPISTRANO – Principalmente, os órgãos que têm maior representatividade no orçamento tiveram um crescimento significativo, não só a Secretaria de Segurança Pública, de Saúde e de Educação, mas aqui nós temos representante, por exemplo, da Setasc, da assistência social, se nós compararmos o orçamento de 2019 com o orçamento de 2024, o crescimento foi muito superior à variação da própria inflação.

Então, na medida em que o total cresce, a distribuição desse bolo cresce. Nós temos aqui o Rogério, representando a Defensoria. Se nós compararmos a evolução do orçamento da Defensoria, em que pese os desafios que a Defensoria tem ainda, houve um crescimento significativo.

É lógico que não é um crescimento proporcional, porque existem políticas públicas que podem ser priorizadas, que é o que foi destacado, mas nós tivemos avanços em todas as secretarias.

Se nós formos elencar aqui... O Sandro faz isso com a sua equipe. Quando se discutem metas físicas, as entregas, todas as secretarias tiveram avanço, e nós podemos detalhar isso, apresentar isso, que é o que tem sido feito aqui também nas audiências.

Mas acho que fica como um fator já de no futuro trazermos essa evolução. A equipe está aqui. Acho que isso dá mais transparência também da alocação ao longo do tempo e quais áreas serão priorizadas ou foram priorizadas.

Com relação à renúncia, nós temos uma renúncia programada de 12 bilhões e 491, aí eu fiz o... Para ter o preciosismo de ser detalhista... 418.837,18 centavos, isso distribuído no IPVA, no ITCD, nas taxas e, logicamente, na renúncia líquida do ICMS, de 11 bilhões e 69.

No nosso documento Orçamento Cidadão completo, nós temos a distribuição da renúncia. E aí, o que nós destacamos, que é sempre uma crítica positiva que o Deputado Carlos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

Avallone faz, o que é a renúncia feita para um programa de desenvolvimento, o que são as renúncias provenientes de regulamentos, de concessões que são feitas de ICMS.

E aí, nós temos outras isenções que são feitas que não são propriamente para fomentar o desenvolvimento econômico do Estado, mas que têm uma interferência direta nas vidas das pessoas quando nós falamos de renúncia de cesta básica, de item de alimentação, energia.

Então, tudo isso de alguma forma traz o impacto, e lá, no documento que nós disponibilizamos, há esse valor dividido entre o que é uma renúncia programática para um programa de desenvolvimento e aquilo que é derivado de regulamentações da legislação de ICMS definida nacionalmente e aplicadas aqui no Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – E complementando só o que o Capistrano falou, é importante dizer que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, obrigatoriamente, tem que fazer uma avaliação e passar essa avaliação do resultado de que está dando tanto emprego, quanto em geração de receita de cada programa que está no Prodeic.

Então, isso é passado para todos nós, e vamos fazendo o cálculo, há coisa que fala: “Ó, você deu um incentivo de tanto, isso gerou uma receita de 1,8; ele melhorou a receita do Estado em tanto, mesmo dando a redução, porque isso fez com que aumentasse a produção nisso, naquilo e naquilo lá”.

Os dois grandes exemplos fáceis de serem vistos são um direto na produção, o Proalmat Algodão, que, quando foi criado, nós tínhamos 1% da produção de algodão do Brasil, hoje nós temos 70% da produção de algodão do Brasil, 50% de todas as exportações brasileiras saem de Mato Grosso.

E o que isso rende? É só ir para o interior do Estado e entrar numa fazenda que planta algodão. Mais de 400 empregos, a indústria já para descaroçamento, uma receita espetacular em cima disso. Aumentou a arrecadação em milhões e milhões e milhões de ICMS.

Agora, recentemente, esta feita no governo Mauro Mendes, que é a questão do etanol de milho, cortamos 50% o valor do ICMS, 50%, e saímos de uma arrecadação de 390 milhões para uma arrecadação de 2 bilhões de reais.

Então, isso são programas feitos corretamente, sempre temos que estar medindo o que está acontecendo com a disputa comercial entre estados. Hoje, em dia está segura, no caso de Mato Grosso, pela 631, mas nacionalmente pela... Não lembro o número da lei, mas para acabar com a guerra fiscal, e que... a 160. E que, mais alguns anos, talvez até 2030, 30 e pouco, isso acaba, quer dizer, acabam os incentivos, acaba tudo isso.

Nós estamos numa outra reforma, que é essa a preocupação de todos, principalmente para um estado que nem Mato Grosso pode ser pior, e nós vamos ter que analisar isso, e tem tempo ainda para tentarmos recuperar.

Pergunto, se tem mais alguém que queria fazer alguma colocação?

O SR. RICARDO CAPISTRANO – Deputado, só queria complementar essa informação, porque acho que ela é importante, e aí o nosso documento Orçamento Cidadão traz esse detalhamento.

Então, da renúncia líquida do ICMS de 11 bilhões e 69 milhões, 7 bilhões e 194 são para a indústria, ou seja, 64% são para indústria, só um segmento. Nós temos outros segmentos, e lá consta o detalhamento; por exemplo, setor público, políticas sociais e cesta básica são 511 milhões a isenção do ICMS que está nesse combo.

É um dado que consta no documento, é importante que vocês tenham acesso e possam conhecer detalhadamente essa distribuição da renúncia no Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Agradeço muito a forma como o Governo do Estado, principalmente a Secretaria de Fazenda, vem mudando a apresentação, porque isso diminuiu muito, na apresentação dos orçamentos, aquela guerra que existia sobre: “Olha o tanto de dinheiro que está dando para o empresário pôr no bolso, tirando da saúde e da educação”, o que não é verdade, a prova são esses números que apresentamos, e que é muito claro isso.

Então, assim, isso aí hoje já é uma coisa que todo mundo conhece, todo mundo entende, todo mundo sabe, porque há uma transparência na colocação dessas informações todas para toda a sociedade.

Bom, queria saber se o Sandro quer fazer o encerramento da parte dele, os nossos colegas aqui, por favor, a Defensoria.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – A Defensoria pela primeira vez nunca reclamou...

O SR. ROGÉRIO BORGES DE FREITAS – Calma, Deputado! Calma!

Senhor Presidente, bom dia a todos, rapidamente quero só fazer um registro rápido aqui da minha instituição, da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

Falo aqui em nome da instituição, cumprimentar o Ricardo pela brilhante apresentação e explicação que foi prestada, trazida aqui hoje, mas gostaria de, em dois momentos, aqui fazer uma explanação a respeito da Defensoria Pública; ao final, trazer alguns dados que me parecem relevantes e, mais ao final, fazer um pedido.

A Defensoria Pública é a instituição mais importante do sistema de Justiça, porque nós atendemos pessoas pobres, pessoas carentes. Nós temos uma abrangência hoje em todas as comarcas, Deputado Dilmar; em todas as comarcas, a Defensoria está atuando.

A importância do papel de atuação da Defensoria é fundamental para aquelas pessoas que não conseguem pagar um advogado. A pessoa rica contrata o advogado que ela quiser pelo valor de honorários que ela quiser, mas o pobre não, o pobre não tem essa liberdade.

E estou falando da defesa dos mesmos direitos, dos mesmos direitos, da pessoa rica e da pessoa pobre, de maneira que hoje pessoas, por exemplo, imaginemos aqui seu pai ou sua mãe que esteja sendo acusado de um crime injustamente.

Ou, se por acaso aquele idoso está com a sua aposentadoria bloqueada por algum tipo de golpe, como tem sido visto nos últimos tempos. A Defensoria advoga para essas pessoas, para essa população carente, que não consegue pagar o seu advogado para fazer a sua defesa na Justiça.

No processo penal, isso se torna mais grave ainda, porque o processo penal é como se fosse uma arma apontada para a cabeça do cidadão, que ele pode sair dali condenado, às vezes injustamente.

A Defensoria não faz simplesmente a defesa de bandidos, nós não soltamos, nós simplesmente fiscalizamos para que o processo penal seja bem aplicado. E, se o infrator cometeu um crime, que ele seja devidamente punido, mas de acordo com o sistema em vigor hoje, por um juiz imparcial, por um processo legal e dentro das normativas que as leis assim estabelecem.

Estou simplesmente dizendo isso, senhor Deputado, porque hoje nós conseguimos colocar um defensor em cada comarca, mas não tenho estrutura para atendimento das pessoas nessas comarcas. Faço aqui, agora, uns dados, rapidamente de 17 localidades que não têm... A população não consegue chegar para ser atendida, porque não tem um espaço físico.

Não tenho prédio, embora o defensor atue junto à caixa do PJE, respondendo, defendendo, contestando, participando de audiências virtuais, mas ele não consegue atender a população. Estou falando de Apiacás, Aripuanã, Colniza, Cotriguaçu, Guiratinga, Jauru, Marcelândia, Matupá, Nova Monte Verde, Novo São Joaquim, Pedra Preta, Porto dos Gaúchos, Porto Esperidião, Querência, Rio Branco, Terra Nova do Norte e Vila Rica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

Acho que isso é importante para Vossa Excelência, que, na última eleição, teve votação em mais de 121 municípios, são eleitores de Vossa Excelência que não têm um espaço digno para ser atendido.

E o que peço aqui? Um espaço para que nós possamos atender dignamente a população. A Defensoria tem um projeto chamado de Econúcleo, que custa 1 milhão de reais. Eu precisaria de 17 milhões para poder fazer o atendimento dessas populações, porque já há inclusive imóveis doados aqui.

Tenho outras duas localidades: Araputanga e Ribeirão Cascalheira, em que a minha estrutura é horrível, é ruim, que precisaria melhorar, e tenho outras 12 localidades: Arenápolis, Brasnorte, Canarana, Dom Aquino, Itiquira, Nortelândia, Nova Canaã do Norte, Paranaíta, Poxoréu, São José dos Quatro Marcos e Feliz Natal, em que uso um espaço cedido dentro do Fórum, o que não é o ideal, porque às vezes a população fica com receio de ir lá ao Fórum para ser atendida.

Então, nessas localidades precisaria também, mas hoje, de imediato, que é o pedido final em nome da Defensoria: 17 milhões de reais para que eu possa construir um Econúcleo em cada uma dessas unidades. Não é um palácio, é apenas um pedaço, um espaço para que a Defensoria possa atender dignamente a população.

E é isso que peço. Contar aqui com a colaboração de Vossa Excelência e sensibilização de todos os Deputados.

Muito obrigado pela atenção e que Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALONE) – Gostaria que você oficializasse, tá! Colocasse num papel esses municípios todos, por favor, e o projeto do Econúcleo para conhecermos aqui, fica mais fácil de fazer a defesa, tá!

E aqui você tem vários Deputados que fazem uma defesa grande. Sou do governo que criou a Defensoria Pública. Na época, estava começando na política, nem entendia direito o que era a Defensoria Pública, mas aí o Dante de Oliveira falou: “Isso é para atender os pobres, é para atender quem mais precisa!”. E aí, criou a Defensoria Pública.

Então, temos um carinho especial até por causa da história toda, do primeiro concurso público, da instalação e de tudo que aconteceu. Tenho visto em todos os orçamentos, todos os anos a Defensoria Pública tem sido atendida, talvez não no volume que precisa, mas acima do... E nós vamos continuar fazendo isso.

O SR. ROGÉRIO BORGES DE FREITAS – Posso só fazer um registro aqui, um agradecimento à Secretaria de Fazenda...

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALONE) – Claro, pode!

O SR. ROGÉRIO BORGES DE FREITAS – ...que sempre atendeu às solicitações da Defensoria.

Ricardo aqui é um grande parceiro, tem um carinho muito grande por ele, pela equipe toda, e dizer que realmente, de fato, a Defensoria só chegou a todas as comarcas graças às ações que a Secretaria de Fazenda e a Assembleia Legislativa têm nos proporcionado.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALONE) – Ok. Nós vamos continuar fazendo isso com certeza.

Bom...

(INTEGRANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALONE) – ...pois não. Só para finalizar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Nós vamos encaminhar para a comissão o déficit da Secretaria de Saúde de 2 bilhões e 100 milhões por cada área de necessidade...

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALONE) – Isso eu...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.678/2024 - QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO DE 2025, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – ...orçamento da Secretaria de Saúde, déficit de 2 bilhões e 100 milhões.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Ok, entendi, está bom! Vamos aguardar, então, a comunicação.

Bom, queria agradecer a todos, principalmente às pessoas que estão nos ouvindo e vendo pela TV Assembleia, pela Rádio Assembleia, a toda a equipe nossa aqui da Assembleia Legislativa na área de mídias, de acompanhamento, de cerimonial, da parte de tecnologia e todos os amigos que vieram até aqui, que estão aqui conosco: funcionários, gabinetes, todos, a imprensa de um modo geral.

Muito obrigado pela participação.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

